



prefeitura de
PORTO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO - GP/PMPA

REDAÇÃO ADMINISTRATIVA OFICIAL - AJL/ASSEOP/GE/GP

Ofício - nº 1101 / 2024

Porto Alegre, 16 de abril de 2024.

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo inc. VII do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o anexo Projeto de Lei Complementar que revoga as Leis Ordinárias e Leis Complementares, no âmbito do Município de Porto Alegre, dos eixos Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Gestão, Serviços Públicos e Transversal, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal de Vereadores.

A justificativa que acompanha o projeto evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Excelentíssimo Senhor Vereador Mauro Pinheiro,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005 /24.

Revoga Leis Ordinárias e Leis Complementares, no âmbito do Município de Porto Alegre, dos eixos Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Gestão, Serviços Públicos e Transversal.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Desenvolvimento Econômico, conforme segue:

- I – Lei nº 4, de 15 de julho de 1938;
- II – Lei nº 36, de 9 de janeiro de 1948;
- III – Lei nº 68, de 1º de junho de 1948;
- IV – Lei nº 82, de 17 de julho de 1948;
- V – Lei nº 734, de 26 de novembro de 1951;
- VI – Lei nº 1.037, de 23 de fevereiro de 1953;
- VII – Lei nº 1.076, de 24 de agosto de 1953;
- VIII – Lei nº 1.367, de 29 de dezembro de 1954;
- IX – Lei nº 1.452, de 13 de agosto de 1955;
- X – Lei nº 1.876, de 22 de setembro de 1958;
- XI – Lei nº 1.894, de 24 de novembro de 1958;
- XII – Lei nº 2.060, de 12 de fevereiro de 1960;
- XIII – Lei nº 2.199, de 6 de maio de 1961;
- XIV – Lei nº 2.292, de 28 de novembro de 1961;
- XV – Lei nº 2.343, de 29 de dezembro de 1961;
- XVI – Lei nº 2.508, de 10 de maio de 1963;
- XVII – Lei nº 2.745, de 19 de novembro de 1964;
- XVIII – Lei nº 2.751, de 26 de novembro de 1964;
- XIX – Lei nº 2.755, de 4 de dezembro de 1964;
- XX – Lei nº 2.862, de 10 de dezembro de 1965;
- XXI – Lei nº 3.081, de 5 de dezembro de 1967;
- XXII – Lei nº 3.160, de 3 de agosto de 1968;
- XXIII – Lei nº 3.267, de 20 de maio de 1969;
- XXIV – Lei nº 3.312, de 29 de setembro de 1969;
- XXV – Lei nº 3.414, de 16 de julho de 1970;
- XXVI – Lei nº 3.899, de 18 de julho de 1974;

XXVII – Lei nº 3.974, de 27 de dezembro de 1974;

XXVIII – Lei nº 4.114, de 9 de janeiro de 1976;

XXIX – Lei Complementar nº 51, de 15 de dezembro de 1980;

XXX – Lei Complementar nº 54, de 29 de dezembro de 1980;

XXXI – Lei Complementar nº 55, de 31 de dezembro de 1980;

XXXII – Lei Complementar nº 68, 5 de janeiro de 1982;

XXXIII – Lei Complementar nº 69, de 6 de janeiro de 1982;

XXXIV – Lei Complementar nº 76, de 15 de dezembro de 1982;

XXXV – Lei Complementar nº 89, de 25 de novembro de 1983;

XXXVI – Lei Complementar nº 103, de 16 de janeiro de 1984;

XXXVII – Lei Complementar nº 117, de 9 de janeiro de 1985;

XXXVIII – Lei Complementar nº 125, de 4 de novembro de 1985;

XXXIX – Lei nº 5.752, de 13 de janeiro de 1986;

XL – Lei Complementar nº 199, de 15 de maio de 1989;

XLI – Lei Complementar nº 214, de 4 de janeiro de 1990;

XLII – Lei Complementar nº 216, de 12 de janeiro de 1990;

XLIII – Lei nº 6.593, de 30 de janeiro de 1990;

XLIV – Lei nº 7.077, de 4 de junho de 1992;

XLV – Lei Complementar nº 300, de 29 de outubro de 1993;

XLVI – Lei Complementar nº 316, de 20 de janeiro de 1994;

XLVII – Lei Complementar nº 326, de 11 de julho de 1994;

XLVIII – Lei nº 7.546, de 12 de dezembro de 1994;

XLIX – Lei Complementar nº 338, de 12 de janeiro de 1995;

L – Lei Complementar nº 339, de 12 de janeiro de 1995;

LI – Lei Complementar nº 351, de 10 de julho de 1995;

LII – Lei nº 7.746, de 2 de janeiro de 1996;

LIII – Lei nº 8.078, de 2 de dezembro de 1997;

LIV – Lei nº 8.114, de 2 de janeiro de 1998;

LV – Lei nº 8.128, de 7 de janeiro de 1998;

LVI – Lei nº 8.134, de 12 de janeiro de 1998;

LVII – Lei nº 8.447, de 30 de dezembro de 1999;

LVIII – Lei nº 8.712, de 19 de janeiro de 2001;

LIX – Lei nº 8.867, de 28 de dezembro de 2001;

LX – Lei nº 9.059, de 30 de dezembro de 2002;

LXI – Lei nº 9.066, de 3 de janeiro de 2003;

LXII – Lei nº 9.228, de 7 de outubro de 2003;
LXIII – Lei nº 9.406, de 16 de janeiro de 2004;
LXIV – Lei nº 9.521, de 2 de julho de 2004;
LXV – Lei nº 9.554, de 6 de julho de 2004;
LXVI – Lei nº 9.695, de 29 de dezembro de 2004;
LXVII – Lei nº 9.720, de 14 de janeiro de 2005;
LXVIII – Lei Complementar nº 545, de 24 de março de 2006;
LXIX – Lei nº 10.276, de 19 de outubro de 2007;
LXX – Lei nº 10.296, de 21 de novembro de 2007;
LXXI – Lei nº 10.330, de 13 de dezembro de 2007;
LXXII – Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2007;
LXXIII – Lei Complementar nº 603, de 23 de dezembro de 2008;
LXXIV – Lei nº 10.807, de 7 de janeiro de 2010;
LXXV – Lei Complementar nº 642, de 30 de abril de 2010;
LXXVI – Lei nº 11.028, de 3 de janeiro de 2011;
LXXVII – Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011;
LXXVIII – Lei Complementar nº 676, de 6 de julho de 2011;
LXXIX – Lei nº 11.300, de 25 de junho de 2012;
LXXX – Lei Complementar nº 743, de 2 de setembro de 2014;
LXXXI – Lei Complementar nº 804, de 27 de setembro de 2016;
LXXXII – Lei nº 12.316, de 25 de outubro de 2017;
LXXXIII – Lei Complementar nº 829, de 5 de janeiro de 2018;
LXXXIV – Lei nº 12.373, de 9 de março de 2018;
LXXXV – Lei Complementar nº 891, de 15 de setembro de 2020;
LXXXVI – Lei Complementar nº 903, de 8 de junho de 2021;
LXXXVII – Lei nº 12.926, de 15 de dezembro de 2021;
LXXXVIII – Lei nº 13.381, de 6 de março de 2023.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Desenvolvimento Social, conforme segue:

I – Lei nº 100, de 26 de agosto de 1948;
II – Lei nº 109, de 9 de setembro de 1948;
III – Lei nº 129, de 5 de novembro de 1948;
IV – Lei nº 131, de 11 de novembro de 1948;

V – Lei nº 153, de 6 de dezembro de 1948;

VI – Lei nº 842, de 3 de julho de 1952;

VII – Lei nº 928, de 29 de outubro de 1952;

VIII – Lei nº 1.011, de 29 de dezembro de 1952;

IX – Lei nº 1.038, de 19 de março de 1953;

X – Lei nº 1.128, de 26 de novembro de 1953;

XI – Lei nº 1.158, de 1º de dezembro de 1953;

XII – Lei nº 1.190, de 26 de dezembro de 1953;

XIII – Lei nº 1.289, de 9 de agosto de 1954;

XIV – Lei nº 1.357, de 10 de dezembro de 1954;

XV – Lei nº 1.416, de 17 de junho de 1955;

XVI – Lei nº 1.831, de 28 de dezembro de 1957;

XVII – Lei nº 1.903, de 18 de dezembro de 1958;

XVIII – Lei nº 2.038, de 12 de dezembro de 1959;

XIX – Lei nº 2.858, de 1º de dezembro de 1965;

XX – Lei nº 3.065, de 17 de novembro de 1967;

XXI – Lei nº 3.604, de 23 de dezembro de 1971;

XXII – Lei nº 3.711, de 22 de novembro de 1972;

XXIII – Lei nº 4.139, de 9 de julho de 1976;

XXIV – Lei nº 4.225, de 16 de dezembro de 1976;

XXV – Lei nº 4.524, de 21 de dezembro de 1978;

XXVI – Lei Complementar nº 163, 18 de dezembro de 1987;

XXVII – Lei nº 6.523, de 22 de dezembro de 1989;

XXVIII – Lei Complementar nº 223, de 23 de abril de 1990;

XXIX – Lei Complementar nº 272, de 16 de março de 1992;

XXX – Lei nº 7.193, de 9 de dezembro de 1992;

XXXI – Lei Complementar nº 353, de 22 de agosto de 1995;

XXXII – Lei nº 8.670, de 18 de dezembro de 2000;

XXXIII – Lei nº 9.106, de 25 de abril de 2003;

XXXIV – Lei nº 9.207, de 10 de setembro de 2003;

XXXV – Lei Complementar nº 572, de 20 de junho de 2007;

XXXVI – Lei Complementar nº 598, de 16 de outubro de 2008;

XXXVII – Lei nº 11.036, de 18 de janeiro de 2011;

XXXVIII – Lei nº 12.778, de 12 de novembro de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Gestão, conforme segue:

- I – Lei nº 274, de 11 de novembro de 1930;
- II – Lei nº 8, de 11 de junho de 1937;
- III – Lei nº 10, de 17 de junho de 1937;
- IV – Lei nº 11, de 2 de julho de 1937;
- V – Lei nº 359, de 23 de junho de 1937;
- VI – Lei nº 362, de 23 de julho de 1937;
- VII – Lei nº 365, de 23 de julho de 1937;
- VIII – Lei nº 370, de 27 de julho de 1937;
- IX – Lei nº 16, de 28 de dezembro de 1938;
- X – Lei nº 371, de 19 de agosto de 1937;
- XI – Lei nº 4, de 15 de setembro de 1947;
- XII – Lei nº 6, de 29 de outubro de 1947;
- XIII – Lei nº 25, de 19 de dezembro de 1947;
- XIV – Lei nº 42, de 16 de março de 1948;
- XV – Lei nº 107, de 2 de setembro de 1948;
- XVI – Lei nº 110, de 11 de setembro de 1948;
- XVII – Lei nº 113, de 13 de setembro de 1948;
- XVIII – Lei nº 118, de 27 de setembro de 1948;
- XIX – Lei nº 140, de 1º de dezembro de 1948;
- XX – Lei nº 142, de 1º de dezembro de 1948;
- XXI – Lei nº 148, de 1º de dezembro de 1948;
- XXII – Lei nº 213, de 11 de junho de 1949;
- XXIII – Lei nº 253, de 13 de agosto de 1949;
- XXIV – Lei nº 332, de 5 de dezembro de 1949;
- XXV – Lei nº 355, de 19 de dezembro de 1949;
- XXVI – Lei nº 360, de 19 de dezembro de 1949;
- XXVII – Lei nº 361, de 19 de dezembro de 1949;
- XXVIII – Lei nº 374, de 24 de dezembro de 1949;
- XXIX – Lei nº 386, de 4 de maio de 1950;
- XXX – Lei nº 392, de 24 de maio de 1950;
- XXXI – Lei nº 393, de 24 de maio de 1950;
- XXXII – Lei nº 394, de 24 de maio de 1950;

XXXIII – Lei nº 398, de 26 de maio de 1950;
XXXIV – Lei nº 404, de 13 de junho de 1950;
XXXV – Lei nº 405, de 13 de junho de 1950;
XXXVI – Lei nº 410, de 23 de junho de 1950;
XXXVII – Lei nº 414, de 26 de junho de 1950;
XXXVIII – Lei nº 415, de 26 de junho de 1950;
XXXIX – Lei nº 422, de 10 de julho de 1950;
XL – Lei nº 423, de 10 de julho de 1950;
XLI – Lei nº 540-A, de 30 de dezembro de 1950;
XLII – Lei nº 577, de 12 janeiro de 1951;
XLIII – Lei nº 699, de 20 de outubro de 1951;
XLIV – Lei nº 717, de 16 de novembro de 1951;
XLV – Lei nº 757, de 1º de dezembro de 1951;
XLVI – Lei nº 845, de 10 de julho de 1952;
XLVII – Lei nº 1.002, de 29 de dezembro de 1952;
XLVIII – Lei nº 1.010, de 29 de dezembro de 1952;
XLIX – Lei nº 1.017, de 29 de dezembro de 1952;
L – Lei nº 1.021, de 30 de dezembro de 1952;
LI – Lei nº 1.022, de 30 de dezembro de 1952;
LII – Lei nº 1.019, de 31 de dezembro de 1952;
LIII – Lei nº 1.026, de 8 de janeiro de 1953;
LIV – Lei nº 1.039, de 24 de março de 1953;
LV – Lei nº 1.086, de 14 de setembro de 1953;
LVI – Lei nº 1.108, de 21 de outubro de 1953;
LVII – Lei nº 1.112, de 6 de novembro de 1953;
LVIII – Lei nº 1.126, de 24 de novembro de 1953;
LIX – Lei nº 1.129, de 26 de novembro de 1953;
LX – Lei nº 1.131, de 26 de novembro de 1953;
LXI – Lei nº 1.141, de 28 de novembro de 1953;
LXII – Lei nº 1.148, de 30 de novembro de 1953;
LXIII – Lei nº 1.152, de 1º de dezembro de 1953;
LXIV – Lei nº 1.161, de 2 de dezembro de 1953;
LXV – Lei nº 1.162, de 2 de dezembro de 1953;
LXVI – Lei nº 1.174, de 16 de dezembro de 1953;
LXVII – Lei nº 1.182, de 17 de dezembro de 1953;

LXVIII – Lei nº 1.201, de 29 de dezembro de 1953;
LXIX – Lei nº 1.202, de 29 de dezembro de 1953;
LXX – Lei nº 1.204, de 29 de dezembro de 1953;
LXXI – Lei nº 1.205, de 29 de dezembro de 1953;
LXXII – Lei nº 1.214, de 29 de dezembro de 1953;
LXXIII – Lei nº 1.216, de 29 de dezembro de 1953;
LXXIV – Lei nº 1.217, de 29 de dezembro de 1953;
LXXV – Lei nº 1.245, de 3 de junho de 1954;
LXXVI – Lei nº 1.262, de 14 de julho de 1954;
LXXVII – Lei nº 1.279, de 29 de julho de 1954;
LXXVIII – Lei nº 1.326, de 2 de outubro de 1954;
LXXIX – Lei nº 1.475, de 18 de outubro de 1955;
LXXX – Lei nº 1.551, de 29 de dezembro de 1955;
LXXXI – Lei nº 1.563, de 31 de dezembro de 1955;
LXXXII – Lei nº 1.565, de 31 de dezembro de 1955;
LXXXIII – Lei nº 1.632, de 4 de setembro de 1956;
LXXXIV – Lei nº 1.653, de 18 de outubro de 1956;
LXXXV – Lei nº 1.657, de 13 de novembro de 1956;
LXXXVI – Lei nº 1.685, de 23 de dezembro de 1956;
LXXXVII – Lei nº 1.720, de 12 março de 1957;
LXXXVIII – Lei nº 1.736, de 14 de maio de 1957;
LXXXIX – Lei nº 1.800, de 2 de dezembro de 1957;
XC – Lei nº 1.847, de 10 de junho de 1958;
XCI – Lei nº 1.978, de 14 de agosto de 1959;
XCII – Lei nº 1.995, de 7 de outubro de 1959;
XCIII – Lei nº 2.041, de 23 de dezembro de 1959;
XCIV – Lei nº 2.049, de 4 de dezembro de 1960;
XCV – Lei nº 2.085, de 8 de junho de 1960;
XCVI – Lei nº 2.105, de 19 de julho de 1960;
XCVII – Lei nº 2.141, de 26 de novembro de 1960;
XCVIII – Lei nº 2.157, de 7 de dezembro de 1960;
XCIX – Lei nº 2.175, de 22 de dezembro de 1960;
C – Lei nº 2.191, de 6 de janeiro de 1961;
CI – Lei nº 2.192, de 6 de janeiro de 1961;
CII – Lei nº 2.197, de 27 de abril de 1961;

CIII – Lei nº 2.336, de 29 de dezembro de 1961;
CIV – Lei nº 2.366, de 22 de maio de 1962;
CV – Lei nº 2.399, de 27 de julho de 1962;
CVI – Lei nº 2.420, de 10 setembro de 1962;
CVII – Lei nº 2.431, de 15 de outubro de 1962;
CVIII – Lei nº 2.443, de 10 de novembro de 1962;
CIX – Lei nº 2.452, de 30 de novembro de 1962;
CX – Lei nº 2.454, de 4 de dezembro de 1962;
CXI – Lei nº 2.470, de 12 de dezembro de 1962;
CXII – Lei nº 2.493, de 28 de dezembro de 1962;
CXIII – Lei nº 2.536, de 5 de julho de 1963;
CXIV – Lei nº 2.537, de 5 de julho de 1963;
CXV – Lei nº 2.720, de 4 de setembro de 1964;
CXVI – Lei nº 2.762, de 10 de dezembro de 1964;
CXVII – Lei nº 2.801, de 30 de janeiro de 1965;
CXVIII – Lei nº 2.802, de 30 de janeiro de 1965;
CXIX – Lei nº 2.803, de 21 de maio de 1965;
CXX – Lei nº 2.805, de 21 de maio de 1965;
CXXI – Lei nº 2.807, de 21 de maio de 1965;
CXXII – Lei nº 2.809, de 31 de maio de 1965;
CXXIII – Lei nº 2.810, de 9 de junho de 1965;
CXXIV – Lei nº 2.822, de 29 de julho de 1965;
CXXV – Lei nº 2.827, de 19 de junho de 1965;
CXXVI – Lei nº 2.833, de 27 de agosto de 1965;
CXXVII – Lei nº 2.837, de 24 de setembro de 1965;
CXXVIII – Lei nº 2.839, de 12 de outubro de 1965;
CXXIX – Lei nº 2.848, de 27 de outubro de 1965;
CXXX – Lei nº 2.851, de 9 de novembro de 1965;
CXXXI – Lei nº 2.859, de 3 de dezembro de 1965;
CXXXII – Lei nº 2.879, de 15 de dezembro de 1965;
CXXXIII – Lei nº 2.885, de 17 de dezembro de 1965;
CXXXIV – Lei nº 2.890, de 20 de dezembro de 1965;
CXXXV – Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 1965;
CXXXVI – Lei nº 3.024, de 10 de maio de 1967;
CXXXVII – Lei nº 3.029, de 26 de maio de 1967;

CXXXVIII – Lei nº 3.168, de 18 de setembro de 1968;
CXXXIX – Lei nº 3.180-A, de 7 de outubro de 1968;
CXL – Lei nº 3.201, de 11 de novembro de 1968;
CXLI – Lei nº 3.243, de 23 de dezembro de 1968;
CXLII – Lei nº 3.286, de 10 de julho de 1969;
CXLIII – Lei nº 3.298, de 10 de setembro de 1969;
CXLIV – Lei nº 3.304, de 17 de setembro de 1969;
CXLV – Lei nº 3.331, de 25 de novembro de 1969;
CXLVI – Lei nº 3.388, de 29 de maio de 1970;
CXLVII – Lei nº 3.398, de 7 de julho de 1970;
CXLVIII – Lei nº 3.406, de 9 de julho de 1970;
CXLIX – Lei nº 3.420, de 18 de setembro de 1970;
CL – Lei nº 3.463, de 16 de dezembro de 1970;
CLI – Lei nº 3.468, de 28 de dezembro de 1970;
CLII – Lei nº 3.477, de 20 de abril de 1971;
CLIII – Lei nº 3.524, de 9 de setembro de 1971;
CLIV – Lei nº 3.526, de 14 de setembro de 1971;
CLV – Lei nº 3.542, de 14 de outubro de 1971;
CLVI – Lei nº 3.544, de 15 de outubro de 1971;
CLVII – Lei nº 3.666, de 13 de julho de julho de 1972;
CLVIII – Lei nº 3.674, de 24 de julho de 1972;
CLIX – Lei nº 3.772, de 10 de julho 1973;
CLX – Lei nº 3.773, de 12 de julho de 1973;
CLXI – Lei nº 3.792, de 27 de setembro de 1973;
CLXII – Lei nº 3.793, de 27 de setembro de 1973;
CLXIII – Lei nº 3.839, de 10 de dezembro de 1973;
CLXIV – Lei nº 3.840, de 14 de dezembro de 1973;
CLXV – Lei nº 3.854, de 27 de dezembro de 1973;
CLXVI – Lei nº 3.952, de 11 de dezembro de 1974;
CLXVII – Lei nº 3.963, de 16 de dezembro de 1974;
CLXVIII – Lei nº 4.004, de 15 de julho de 1975;
CLXIX – Lei nº 4.005, de 15 de julho de 1975;
CLXX – Lei nº 4.010, de 11 de agosto de 1975;
CLXXI – Lei nº 4.013, de 9 de setembro de 1975;
CLXXII – Lei nº 4.046, de 29 de dezembro de 1975;

CLXXIII – Lei nº 4.071, de 4 de dezembro de 1975;

CLXXIV – Lei nº 4.201, de 2 de dezembro de 1976;

CLXXV – Lei Complementar nº 23, de 9 de julho de 1976;

CLXXVI – Lei nº 4.140, de 9 de julho de 1976;

CLXXVII – Lei nº 4.219, de 14 de dezembro de 1976;

CLXXVIII – Lei nº 4.269, de 26 de janeiro de 1977;

CLXXIX – Lei nº 4.300, de 8 de julho de 1977;

CLXXX – Lei nº 4.371, de 13 de dezembro de 1977;

CLXXXI – Lei nº 4.389, de 27 de dezembro de 1977;

CLXXXII – Lei nº 4.451, de 31 de agosto de 1978;

CLXXXIII – Lei nº 4.508, de 5 de dezembro de 1978;

CLXXXIV – Lei nº 4.509, de 5 de dezembro de 1978;

CLXXXV – Lei nº 4.501, de 29 de novembro de 1978;

CLXXXVI – Lei nº 4.512, de 12 de dezembro de 1978;

CLXXXVII – Lei nº 4.610, de 22 de outubro de 1979;

CLXXXVIII – Lei nº 4.855, de 12 de dezembro de 1980;

CLXXXIX – Lei nº 4.978, de 19 de novembro de 1981;

CXC – Lei Complementar nº 102, de 13 de janeiro de 1984;

CXCI – Lei nº 5.467, de 12 de novembro de 1984;

CXCII – Lei Complementar nº 111, de 18 de dezembro de 1984;

CXCIII – Lei Complementar nº 139, de 22 de julho de 1986;

CXCIV – Lei Complementar nº 142, de 28 de outubro de 1986;

CXCV – Lei Complementar nº 152, de 4 de fevereiro de 1987;

CXCVI – Lei Complementar nº 166, de 29 de fevereiro de 1987;

CXCVII – Lei Complementar nº 168, de 29 de fevereiro de 1987;

CXCVIII – Lei nº 5.999, de 30 de novembro de 1987;

CXCIX – Lei Complementar nº 185, de 21 de novembro de 1988;

CC – Lei nº 6.284, de 28 de dezembro de 1988;

CCI – Lei Complementar nº 194, de 29 de dezembro de 1988;

CCII – Lei nº 6.532, de 27 de dezembro de 1989;

CCIII – Lei nº 6.533, de 27 de dezembro de 1989;

CCIV – Lei Complementar nº 222, de 19 de abril de 1990;

CCV – Lei Complementar nº 240, de 28 de dezembro de 1990;

CCVI – Lei Complementar nº 243, de 11 de janeiro de 1991;

CCVII – Lei nº 6.872, de 25 de julho de 1991;

CCVIII – Lei nº 6.969, de 19 de dezembro de 1991;
CCIX – Lei Complementar nº 270, de 20 de fevereiro de 1992;
CCX – Lei Complementar nº 286, de 29 de dezembro de 1992;
CCXI – Lei nº 7.265, de 17 de junho de 1993;
CCXII – Lei nº 7.281, de 12 de julho de 1993;
CCXIII – Lei Complementar nº 336, de 6 de janeiro de 1995;
CCXIV – Lei Complementar nº 349, de 13 de junho de 1995;
CCXV – Lei Complementar nº 355, de 11 de setembro de 1995;
CCXVI – Lei nº 7.661, de 11 de setembro de 1995;
CCXVII – Lei Complementar nº 413, de 2 de abril de 1998;
CCXVIII – Lei nº 8.352, de 1º de outubro de 1999;
CCXIX – Lei nº 9.583, de 26 de agosto de 2004;
CCXX – Lei nº 10.064, de 10 de outubro de 2006;
CCXXI – Lei nº 10.065, de 10 de outubro de 2006;
CCXXII – Lei nº 10.210, de 20 de junho de 2007;
CCXXIII – Lei Complementar nº 576, de 16 de agosto de 2007;
CCXXIV – Lei Complementar nº 605, de 29 de dezembro de 2008;
CCXXV – Lei nº 10.386, de 12 de fevereiro de 2008;
CCXXVI – Lei nº 11.360, de 10 de outubro de 2012;
CCXXVII – Lei nº 11.395, de 27 de dezembro de 2012;
CCXXVIII – Lei nº 11.991, de 30 de dezembro de 2015;
CCXXIX – Lei nº 12.366, de 5 de janeiro de 2018;
CCXXX – Lei Complementar nº 841, de 27 de dezembro de 2018;
CCXXXI – Lei Complementar nº 842, de 27 de dezembro de 2018;
CCXXXII – Lei nº 12.578, de 1º de agosto de 2019;
CCXXXIII – Lei Complementar nº 896, de 5 de janeiro de 2021.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Serviço Público, conforme segue

I – Lei nº 296, de 6 de junho de 1936;
II – Lei nº 4, de 9 de novembro de 1936;
III – Lei nº 326, de 24 de novembro de 1936;
IV – Lei nº 363, de 19 de dezembro de 1949;
V – Lei nº 559, de 5 de janeiro de 1951;

VI – Lei nº 578, de 19 de janeiro de 1951;

VII – Lei nº 822, de 21 de maio de 1952;

VIII – Lei nº 931, de 3 de novembro de 1952;

IX – Lei nº 1.047, de 2 de julho de 1953;

X – Lei nº 1.049, de 3 de julho de 1953;

XI – Lei nº 1.194, de 28 de dezembro de 1953;

XII – Lei nº 1.233, de 6 de janeiro de 1954;

XIII – Lei nº 1.412, de 10 de junho de 1955;

XIV – Lei nº 1.494, de 28 de novembro de 1955;

XV – Lei nº 1.497, de 23 de novembro de 1955;

XVI – Lei nº 1.525, de 14 de dezembro de 1955;

XVII – Lei nº 1.536, de 26 de dezembro de 1955;

XVIII – Lei nº 1.542, de 26 de dezembro de 1955;

XIX – Lei nº 1.712, de 10 de janeiro de 1957;

XX – Lei nº 1.805, de 9 de dezembro de 1957;

XXI – Lei nº 1.921, de 29 de dezembro de 1958;

XXII – Lei nº 1.938, de 17 de abril de 1959;

XXIII – Lei nº 2.035, de 11 de dezembro de 1959;

XXIV – Lei nº 2.132, de 18 de novembro de 1960;

XXV – Lei nº 2.162, de 20 de dezembro de 1960;

XXVI – Lei nº 2.267, de 12 de outubro de 1961;

XXVII – Lei nº 2.303, de 5 de dezembro de 1961;

XXVIII – Lei nº 2.310, de 13 de dezembro de 1961;

XXIX – Lei nº 2.376, de 28 de junho de 1962;

XXX – Lei nº 2.718, de 24 de agosto de 1964;

XXXI – Lei nº 3.022, de 24 de abril de 1967;

XXXII – Lei nº 3.130, de 10 de abril de 1968;

XXXIII – Lei nº 3.394, de 17 de junho de 1970;

XXXIV – Lei nº 3.437, de 19 de novembro de 1970;

XXXV – Lei nº 3.706, de 18 de novembro de 1972;

XXXVI – Lei Complementar nº 9, de 19 de dezembro de 1973;

XXXVII – Lei nº 3.948, de 11 de dezembro de 1974;

XXXVIII – Lei nº 4.087, de 29 de dezembro de 1975;

XXXIX – Lei nº 4.115, de 12 de janeiro de 1976;

XL – Lei nº 4.421, de 28 de junho de 1978;

XLI – Lei nº 4.871, de 23 de dezembro de 1980;
XLII – Lei nº 4.896, de 28 de abril de 1981;
XLIII – Lei Complementar nº 62, de 24 de novembro de 1981;
XLIV – Lei nº 5.088, de 6 de janeiro de 1982;
XLV – Lei nº 5.092, de 31 de março de 1982;
XLVI – Lei nº 5.179, de 13 de outubro de 1982;
XLVII – Lei Complementar nº 78, de 4 de maio de 1983;
XLVIII – Lei nº 5.313, de 16 de setembro de 1983;
XLIX – Lei nº 5.345, de 16 de dezembro de 1983
L – Lei nº 5.403, de 9 de abril de 1984;
LI – Lei nº 5.409, de 2 de maio de 1984;
LII – Lei nº 5.438, de 6 de agosto de 1984;
LIII – Lei Complementar nº 119, de 22 de março de 1985;
LIV – Lei nº 5.687, de 17 de dezembro de 1985;
LV – Lei nº 5.840, de 29 de dezembro de 1986;
LVI – Lei nº 5.912, de 7 de julho de 1987;
LVII – Lei nº 6.597, de 25 de abril de 1990;
LVIII – Lei nº 6.646, de 18 de julho de 1990;
LIX – Lei nº 6.752, de 18 de dezembro de 1990;
LX – Lei nº 6.775, de 3 de janeiro de 1991;
LXI – Lei nº 6.815, de 19 de março de 1991;
LXII – Lei Complementar nº 345, de 17 de abril de 1995;
LXIII – Lei Complementar nº 402, de 25 de setembro de 1997;
LXIV – Lei nº 8.041, de 6 de outubro de 1997;
LXV – Lei nº 8.055, de 23 de outubro de 1997;
LXVI – Lei nº 8.291, de 13 de abril de 1999;
LXVII – Lei nº 11.094, de 30 de junho de 2011;
LXVIII – Lei nº 11.486, de 24 de outubro de 2013;
LXIX – Lei nº 12.829, de 8 de junho de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis Ordinárias do eixo Transversal, conforme segue:

I – Lei nº 701, de 22 de outubro de 1951;
II – Lei nº 3.013, de 30 de dezembro de 1966;
III – Lei nº 6.174, de 11 de agosto de 1988;

IV – Lei nº 7.542, de 2 de dezembro de 1994;

V – Lei nº 8.337, de 3 de setembro de 1999;

VI – Lei nº 11.649, de 1º de julho de 2014.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei Complementar que ora apresento a esta Egrégia Casa Legislativa, visa revogar Leis Ordinárias e Leis Complementares, no âmbito do Município de Porto Alegre, dos eixos Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Gestão, Serviços Públicos e Transversal.

Nos últimos anos, temos testemunhado esforços significativos em direção à modernização e simplificação dos serviços públicos. A necessidade de eliminar formalidades desnecessárias, reduzir a burocracia e promover uma administração mais eficiente tem sido uma prioridade em todas as esferas do governo. Nesse contexto, a instituição da Política de Revisão Normativa revisão e consolidação dos atos normativos municipais emergem como uma estratégia fundamental para alcançar tais objetivos.

A instituição da Política de Revisão Normativa e a consequente consolidação dos atos normativos municipais ganham destaque como estratégias inovadoras e vanguardistas para alcançar tais objetivos. Porto Alegre não apenas abraça essas iniciativas, mas também as impulsiona, demonstrando um compromisso inabalável com a inovação na gestão pública.

Desta forma, Porto Alegre, com sua abordagem proativa e inovadora, por meio de sua atividade legislativa, se empenha em manter a qualidade normativa para proporcionar uma cidade melhor para se viver.

A efetiva utilização desse instrumento tem grande potencial para contribuir com a diminuição da fragmentação da legislação e para a redução da ocorrência de dispositivos aparentemente contraditórios ou obsoletos, com efeito de longo prazo, à medida que as normas atualmente vigentes passem a ser consolidadas.

Assim, o projeto em comento vem no sentido de extirpar do ordenamento jurídico vigente leis que não mais possuem utilidade prática, ou seja, desnecessárias, e que têm o condão de tão somente poluir o arcabouço legal do Município de Porto Alegre, que atualmente já é altamente fragmentado e complexo.

Em suma, grande parte das leis a serem revogadas na proposta em tela regram situações de caráter temporal já superadas e que não possuem mais qualquer necessidade de serem mantidas em vigência, já que sua cogência foi superada pela passagem do tempo.

São essas, Senhor Presidente, as nossas considerações. Valho-me da oportunidade para reiterar-lhe as expressões de meu elevado apreço.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Melo, Prefeito do Município de Porto Alegre**, em 16/04/2024, às 21:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **28349855** e o código CRC **8901EFDC**.

